



Espaço Vital

Marco Antonio Birnfeld

123@espacovital.com.br

O Judiciário brasileiro bate recorde de despesas

As despesas do Poder Judiciário bateram recorde em 2023, numa série histórica de aumentos que começou em 2009, desconsiderando o valor da inflação. Os dados constam na tabulação "Justiça em Números 2024", divulgada esta semana pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Há uma passagem desoladora no relatório: no ano passado as despesas totais do Judiciário somaram R\$ 132,8 bilhões, o que representa um aumento de 9% em relação a 2022. Os gastos correspondem atualmente a 1,2% do PIB ou 2,3% das despesas totais da União, dos estados e dos municípios. Os custos foram de R\$ 84 bilhões em 2009 e cresceram até chegar em R\$ 124,9 bilhões em 2017. Houve uma pequena queda em 2018, mas a cifra voltou a subir gradativamente a partir de 2019.

Calculadora à mão, chegase ao resultado matemático de que cada um dos 203 milhões de brasileiros gastou R\$ 653,70 para bancar o Judiciário em 2023. A base dos números é do DataJud, que é a plataforma que centraliza informações dos tribunais de todo o País. A despesa média mensal por magistrado - eles são 18,2 mil no Brasil - foi de R\$ 68,1 mil. Tal cifra supera em R\$ 24 mil o teto do funcionalismo público. Há mais cifrões que impressionam: o custo médio no Judiciário,



com servidores, foi de R\$ 20,1 mil mensais; cada terceirizado custou R\$ 5,1 mil; e os operosos (e às vezes também poderosos...) estagiários custaram individualmente modestos R\$ 1,3 mil.

Seria despiendo pesquisar um ganho de eficiência que pudesse justificar essa expansão de 60% no orçamento do Judiciário. Mesmo o Supremo Tribunal Federal (STF) - que sempre esteve na vanguarda da Lei de Acesso à Informação - tirou do ar, neste mês de maio, seu portal de transparência. Por coincidência, tal ocorreu após a imprensa questionar os pagamentos de diárias para viagens internacionais de ministros e seus seguranças. O STF se justificou (?) pela necessidade de atualizar a plataforma de dados.

Pode ser. Mas, se a resposta soa a desculpa esfarrapada, isso é por culpa do próprio sistema de Justiça, que dilapida sua credibilidade junto com o dinheiro público.

Grande número dos juizes, desembargadores e ministros das cortes superiores são comprometidos com um serviço de qualidade e empenho no trabalho. Mas é fundamental a conquista necessária de mais produtividade e agilidade - e que estas também revertam em redução de custos, como em qualquer organização do setor privado. Entre as medidas desejáveis estão o fim de regalias - como férias de mais de 30 dias - folgas estendidas, auxílios financeiros e os sistemáticos, rendosos e abusivos penduricalhos salariais.

Entrementes, demora aumentando

O tempo médio entre o ajuizamento de uma ação e a sentença de primeiro grau é, em média, de dois anos e três meses. O dado também é do "Justiça em Números", e se refere aos processos em trâmite em 2023. O dado indica que as sentenças estão demoran-

do cada vez mais desde o início da série histórica, em 2015, quando as decisões levavam em média um ano e seis meses.

Em 2016, a média registrada foi de um ano e dez meses; em 2017, 2018 e 2019, dois anos e dois meses; em 2020, dois anos;

em 2021, um ano e 11 meses; e em 2022, dois anos e um mês. A Justiça Estadual de Roraima é a que julga mais rápido em primeira instância: a média é de nove meses. E a que mais demora é a do Rio de Janeiro: três anos e nove meses.

Vem aí a Arrozbras...

O Brasil importará 1 milhão de toneladas de arroz para vender o produto diretamente nos supermercados, a preços tabelados e subsidiados. O cereal terá uma embalagem própria com a logomarca do governo federal. Poderia ser a principal notícia de um jornal publicado na década de 1980 - época em que se tentava conter a inflação desembestada por meio da mágica do controle de preços -, mas foi a manchete, esta semana, numa das edições do Estadão.

A incrível volta ao passado é mais uma realização de Lula. Não faltará arroz no mercado, garantem os produtores gaúchos, mas falta muito pudor ao governo federal. Para completar o renascimento dos anos 1980, só falta mesmo convocar a população a denunciar os estabelecimentos que praticarem preços mais altos.

Na crista da onda

Sete anos após estarem no centro de um escândalo político que quase custou o mandato de Michel Temer, os notórios empresários Joesley e Wesley Batista, donos da JBS, estiveram esta semana em um encontro no Planalto com Lula. Essa foi a terceira oportunidade em que os irmãos aparecem em um compromisso ao lado do presidente da República.

Em abril, o presidente estivera em um evento com os empresários em visita a uma indústria de processamento de carne da JBS. E em março de 2023, os Batistas integraram a comitiva de Lula na viagem que ele fez à China.

Cemitério de automóveis

As chuvas que inundaram o Rio Grande do Sul provocaram a destruição de cerca de 200 mil veículos. Imagens aéreas mostram um cemitério de carros, que abandonados com perda total, estão em processo de degradação debaixo d'água. Além do prejuízo de R\$ 8 bilhões, estimado pelo setor, o cenário impõe desafios à política ambiental da gestão de Eduardo Leite e tam-

bém às seguradoras.

A estimativa do número de veículos atingidos é da empresa Bright Consulting, especialista em consultoria automobilística - a frota do Estado do RS é de 2,8 milhões. Segundo a mesma empresa, o Brasil apresentou resultado negativo de vendas na semana passada devido à falta de compradores gaúchos. Isso provocou queda no mercado nacional de 5,4%.

Tese sobre FGTS

Importante: os pagamentos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) feitos diretamente ao empregado, em decorrência de acordos trabalhistas, são plenamente válidos. A conclusão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que fixou tese sob o rito dos recursos repetitivos. O enunciado é vinculante e terá que ser observado por juizes e tribunais.

A tese aprovada foi a seguinte: "São eficazes os pagamentos de FGTS realizados diretamente ao empregado, após o advento

da Lei 9.491/1997, em decorrência de acordo homologado na Justiça do Trabalho. Assegura-se, no entanto, a cobrança de todas as parcelas incorporáveis ao fundo, consistente em multas, correção monetária, juros moratórios e contribuição social, visto que a União Federal e a Caixa Econômica Federal não participaram da celebração do ajuste na via laboral, não sendo por ele prejudicadas, conforme art. 506, CPC". (Recursos especiais nºs 2003509, 2004215 e 2004806).

Precatório de R\$ 4,7 bi

Um único precatório vai custar ao Governo Federal o valor de R\$ 4,74 bilhões em 2025. É o maior precatório expedido dos cerca de R\$ 100 bilhões de sentenças judiciais definitivas que a Justiça determinou sejam pagas no ano que vem. A lista inclui cinco precatórios com valores acima de R\$ 1 bilhão. Todos juntos somam R\$ 15 bilhões, de acordo com o rela-

tório do Ministério do Planejamento sobre o tema.

A fatura a ser paga também conta com um precatório cuja ação originária foi ajuizada há 67 anos, em 1957. É a primeira edição do relatório, que o governo passará a divulgar com a abertura dos dados sobre essas dívidas. Os nomes dos favorecidos não são divulgados - por... questões de segurança.

Quem tem boca...

...Vai a Roma! Para engrossar a articulação internacional pela taxaço de super-ricos, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) vai ao Vaticano na próxima quarta-feira, 5 de junho, participar do fórum "Enfrentar a Crise da Dívida no Sul Global". É uma iniciativa da Pontifícia Academia de

Ciências, ligada à Santa Sé.

O governo tem a taxaço dos super-ricos para financiar o combate à fome e às mudanças climáticas como uma bandeira, e quer levar a discussão a mais fóruns internacionais. O Planalto espera que o assunto entre também na pauta do G-7.

A propósito

Originalmente, o provérbio era "Quem tem boca *vaia* Roma", do verbo vaiar. Neste

caso, não somente a expressão como seu significado sofreram alterações com o passar do tempo.